



A MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO – A GARANTIA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Autor(res)

Cleidimar Silva Franca Rezende
Ana Beatriz Ramos Martins Pombeiro

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

A Carta Magna garante no inciso IV de seu artigo 5 que é livre a manifestação do pensamento, onde se veda o anonimato. Isso é, cada cidadão brasileiro ou estrangeiro residente em território nacional porta consigo a garantia constitucional de pensar e expressar o que pensa, no entanto, veda-se o anonimato devido aos limites estabelecidos pela lei, onde evita o abuso de direito da liberdade de expressão, garante o uso do direito de resposta e promove a aplicação da responsabilidade civil e criminal.

Objetivo

Objetiva-se esclarecer um dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal brasileira, o direito à livre manifestação do pensamento. Tal prerrogativa prevista na Constituição Federal tem sido debatida com frequência há muitos anos, portanto, cabe ao presente trabalho explicar como esse direito se exerce, quais são suas limitações e como se aplica na prática.

Material e Métodos

Este artigo foi dirigido através de pesquisas realizadas a partir da visita online em sites e análise de obras jurídicas, além da consulta de sites oficiais em artigos de lei acessados totalmente online. Todos os dados aqui citados foram obtidos durante o primeiro semestre de 2024, visando empregar o levantamento empírico e correlacionar a deliberação da norma de garantia plena da liberdade de expressar o pensamento como índice temático as normas demais de matriz penal e constitucional que englobam a temática.

Resultados e Discussão

Depreende-se, portanto, ressaltar a previsão do primeiro parágrafo do artigo 5 da norma suprema vigente no qual prevê aplicabilidade imediata das normas que definem os direitos e garantias fundamentais, sendo entre elas, aquela que define a livre manifestação do pensamento. Cabe aqui, no entanto, destacar o inciso IV do mesmo artigo e apresentar suas limitações, explica o professor Pedro Lenza “caso durante a manifestação do pensamento se cause dano material, moral ou à imagem – assegura-se o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização”. Logo, todos são livres para se expressar quando bem desejar, mas se caso essa expressão ferir a honra ou dignidade de outrem, promover o discurso de ódio, etc, deve-se haver a aplicação do direito de resposta,

3ª MOSTRA
CIENTÍFICA

Anhanguera



utilização do ramo civil ou em última ratio, do ramo penal.

Conclusão

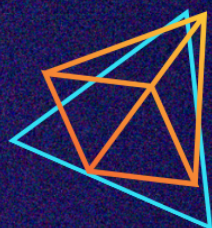
Por conseguinte, vale ressaltar a vedação da censura e da proteção à liberdade de pensamento sendo relevada na Constituição (artigos 220 e 53, art. 5,VI). No entanto, ao se extrapolar os limites estabelecidos pela lei cometendo crimes contra a honra, o que define um tipo penal (artigos 138, 139 e 140 do CP), por exemplo, há a conclusão de que o direito de expressar o pensar não é motivo para se abusar da sua liberdade, uma vez que há limitações tipificado a conduta como delituosa (o que não significa censura, mas sim a proteção das garantias fundamentais dos indivíduos).

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm]. Acesso em: (13 de maio de 2024).

LENZA, Pedro. Direito Constitucional: Coleção Esquemático. 27ª. Ed. Bela Vista – São Paulo: Saraiva, 2023.

3^a MOSTRA CIENTÍFICA



Anhanguera